

**JUVENTUDE, ESCOLARIZAÇÃO E PODER LOCAL**

**RELATÓRIO DA 1ª FASE DA PESQUISA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NA  
REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA - ES**

**Luiza Mitiko Yshiguro Camacho**

**Universidade Federal do Espírito Santo – UFES**

**Vitória, maio de 2005**

**RELATÓRIO DA 1ª FASE DA PESQUISA  
POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NA  
REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA - ES<sup>1</sup>**

**Luiza Mitiko Yshiguro Camacho<sup>2</sup>**

## **1. Introdução**

Este estudo articula juventude com Poder Local. Propõe-se a examinar o modo como vem sendo construído o campo de ações públicas destinadas aos jovens, sobretudo àqueles de origem popular pelas prefeituras da Região Metropolitana da Grande Vitória – ES. O presente trabalho é parte de uma pesquisa de âmbito nacional, ainda em curso, denominada “Juventude, Escolarização e Poder Local”, que abrange oito regiões metropolitanas do Brasil, além da de Vitória: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Florianópolis, Goiânia, Recife e João Pessoa. A parte da pesquisa que apresentamos tem como objetivos: a) investigar as ações municipais na área de educação que ultrapassam a oferta de ação escolar regular, trabalho, lazer, cultura, esportes e demais programas voltados para a redução da violência ou novas formas de interação com os segmentos juvenis. b) examinar as representações normativas correntes sobre os jovens na formulação e implementação das políticas de âmbito municipal; c) analisar o modo como são estabelecidas as relações com os próprios segmentos juvenis; d) descrever e categorizar as ações de modo a configurar eixos compreensivos a partir dos quais se constituem as ações emergentes públicas que propõem a juventude como alvo privilegiado.

---

<sup>1</sup> A pesquisa “Juventude, Escolarização e Poder Local”, que deu origem ao presente texto, realizada no Estado do Espírito Santo contou com a preciosa colaboração, durante toda a pesquisa, de Flávio Corsini Lírio, Caroline Falco Reis Fernandes, Pollyana dos Santos, Tânia Tessinari Miranda e, em momentos esporádicos, com a contribuição de Celina Keiko Suguri Motoki, Christiane Menezes Rodrigues, Gisele Rogéria Penatieri, Deane Monteiro Vieira Costa, Rafaela Sátiro Souza Cavalcanti e Marcilene Forechi.

<sup>2</sup> Profa. Dra. do Departamento de Didática e Prática de Ensino e do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

Estudos teóricos a respeito de metodologia de pesquisa, de juventude, de escola enquanto espaço social e cultural, de políticas públicas foram realizados e discutidos pela equipe de pesquisa do Espírito Santo. Foram investigados seis municípios da Região Metropolitana: Vitória, Cariacica, Guarapari, Serra, Viana e Vila Velha. Num primeiro momento (2003), foi criada uma base de dados coletados a partir de roteiros comuns para todas as regiões metropolitanas brasileiras investigadas e tratados por meio do programa Access. Foram criados três roteiros diferentes. Um para coletar dados sobre as prefeituras, outro para os gestores de juventude e outro para as ações/programas/projetos desenvolvidos nas diferentes secretarias dos municípios. As informações foram obtidas diretamente nos organismos públicos e por meio de entrevistas realizadas pelos pesquisadores e de preenchimento dos três formulários (município, gestores e ações/programas/projetos). Os dados obtidos no Espírito Santo integram as bases situadas na ONG Ação Educativa sediada em São Paulo, local sede da coordenação da pesquisa nacional. Em 2004 os dados foram analisados. Além das reuniões regulares da equipe local, nos dois anos da pesquisa, foram realizados, em São Paulo/SP e Caxambu/MG, quatro seminários/encontros nacionais reunindo as equipes de todas as regiões.

Os sujeitos desta pesquisa são jovens. A idéia de jovem é construída social e culturalmente e, portanto, muda conforme o contexto histórico, social, econômico e cultural. Não se pode conceber, pois, uma juventude, mas juventudes. As diferentes situações existenciais dos sujeitos permitem a construção de concepções diversificadas de jovem ou de juventude. (SPOSITO, 1994; LEVI & SCHMITT, 1996; CAMACHO, 2000 e 2004; SPOSITO e CARRANO, 2003).

A compreensão de juventude tem vacilado entre duas tendências: a) aquela que toma a juventude como um conjunto social cujo atributo principal é ser constituído por indivíduos pertencentes a uma determinada fase da vida (tendência geracional que homogeneiza); b) aquela que entende a juventude como um conjunto social necessariamente diversificado, que abrange diferentes culturas juvenis decorrentes de diferentes pertencimentos de classe, com diferentes parcelas de poder, com diferentes interesses ou diferentes situações econômicas.

Verifica-se, também, uma certa instabilidade nas correntes que ora conferem atributos positivos aos jovens, como por exemplo, a responsabilidade pelas mudanças sociais ou a possibilidade da moratória, e ora destacam aspectos negativos ao considerá-los como “problemas”, como irresponsáveis ou desinteressados. E mais, ora são considerados como verdadeiros “problemas sociais”. (PAIS, 1993; SPOSITO, 1994, 2003)

Sposito e Carrano (2003) apresentam uma proposta interessante de Abad (2003a), de

[...] distinção importante entre condição (modo como uma sociedade constitui e significa esse momento do ciclo de vida) e a situação juvenil que traduz os diferentes percursos que a condição juvenil experimenta a partir dos mais diversos recortes: classe, gênero e etnia. (p. 266)

De acordo com Abad (2003 e 2003a), a condição juvenil, hoje, se faz reconhecida e validada graças a três fatores:

- O período da juventude tem se alargado. Primeiro porque a infância tem diminuído pressionada pela adolescência que desponta muito mais cedo e depois porque a juventude se prolonga até os 30 anos ou mais.
- A sociedade atual tem encontrado dificuldades para proporcionar um trânsito linear, simétrico e ordenado da juventude pelo circuito família—escola—trabalho/emprego no mundo adulto. Essas dificuldades provocam a relativização da cultura do emprego e do salário.
- A forte influência dos meios de comunicação tem provocado a emergência de novas formas de *aldeia global* que delineiam uma verdadeira cultura juvenil com caracteres quase universais, heterogênea e inconstante que se estabelece de forma paralela, ou em substituição, ou em situação de contradição com a transmissão cultural oferecida pelas instituições de transição – responsáveis pela socialização –, a saber: a família, a escola e o emprego assalariado.

Em conseqüência, pode-se afirmar que a nova condição juvenil se constrói sobre o pano de fundo da crise das instituições tradicionalmente consagradas à transmissão de uma cultura adulta hegemônica, cujo prestígio tem se debilitado pelo não-cumprimento de suas promessas e pela perda de sua eficácia simbólica como ordenadoras da sociedade. (ABAD, 2003, p.25)

O processo de distanciamento dos jovens das instituições – como escola, família, trabalho, dentre outras – acaba por conferir aos jovens a ausência de responsabilidades de terceiros e a presença de uma forte autonomia individual, de uma avidez por experiências vitais, de precoces exercício da sexualidade, de maturidade mental e física e de emancipação nos aspectos afetivos e emocionais. Ao mesmo tempo este processo atrasa a autonomia econômica. (ABAD, 2003 e 2003a)

Se a entrada na vida adulta era ansiosamente esperada por gerações anteriores de jovens, hoje, cada dia mais, não somente se prolonga a condição juvenil no tempo, como não se verifica nenhuma pressa ou desejo de assumir a condição adulta. A vida adulta significa dependências, obrigações, amarrações, enquanto que a condição juvenil possibilita vivenciar diversificadas experiências socializantes. Atualmente ser jovem tornou-se prestigioso, tanto que está ocorrendo um processo de juvenilização da cultura<sup>3</sup>. Entretanto, as gerações anteriores experimentavam a juventude como uma etapa de espera pelas coisas boas da vida tanto no plano econômico como no político ou sexual. (ABAD, 2003 e 2003a)

Esta nova condição juvenil nos obriga a rever a noção de moratória social que em outros tempos significou um grande avanço na caracterização sociológica da juventude. Margulis (1996) aponta que essa categoria explica com muita propriedade questões sociais de juventude das classes médias e da elite. Estudos sociológicos têm mostrado que a juventude depende de dinheiro e de tempo – de uma moratória social – para viver um período mais ou menos longo com relativa despreocupação e isenção de responsabilidades. Este tempo legítimo, proporcionado pela família, é aquele dedicado a estudar e a se capacitar e durante o qual a sociedade os brinda com uma especial tolerância. É um período de permissividade e legitimidade.<sup>4</sup> Mas quando o desemprego e a crise proporcionam, muitas vezes, o tempo livre aos jovens das classes populares, essas circunstâncias não levam à moratória social. Esse “tempo livre” se constitui em frustração, infelicidade, impotência, culpabilização, sofrimento e mais pobreza. Esse

---

<sup>3</sup> Abad (2003) chama de *juvenilização da cultura* a condição e a exibição do juvenil como diferença colocadas no corpo, ou seja, naquilo que tem maior visibilidade social.

<sup>4</sup> Sobre a moratória, conferir também Erik Erikson, 1987.

“tempo livre”, que na verdade exclui, pode conduzir esses jovens à criminalidade. (MARGULIS, 1996)

Margulis (1996) aborda, também, a moratória vital. O autor a considera uma espécie de complemento do conceito de moratória social. A moratória vital é o crédito temporal, um algo a mais e que tem vinculações com o aspecto energético do corpo. Essa moratória se identifica com a sensação de imortalidade tão própria dos jovens. Essa sensação e essa forma de se situar no mundo se associa com a falta de temeridade de alguns atos gratuitos, com condutas autodestrutivas que colocam em risco a saúde que eles julgam inesgotável, com a audácia e o lançar-se em desafios e, com a exposição a acidentes, a excessos e a superdoses. Esta moratória é comum a todos os jovens de todas as classes sociais.

Abad (2003 e 2003a) aponta a necessidade de se reconhecer que, hoje, a noção de moratória social começa a ser ampliada e enriquecida para superar dois grandes desafios. De um lado há os jovens das classes populares, mencionados também por Margulis (1996), que gozam de tempo livre que significa tempo de espera, de vazio, de falta de trabalho, de estudos e de ócio criativo e enriquecedor. Trata-se de um tempo desvalorizado e não legitimizado socialmente que empurra o jovem para a marginalidade, para a exclusão e para a exposição aos agentes de limpeza social. De outro lado, há os jovens de classes sociais com possibilidades de atraso legitimado nas responsabilidades da vida adulta. Para esses sujeitos, o período de formação tende a alongar-se por dois motivos: ou pela exigência de conhecimentos cada vez mais complexos para a inserção social ou pela falta de garantia de absorção no mundo do trabalho apesar da educação recebida. Esse longo período de capacitação tem o amparo das instituições educativas. Porém,

Ambos são jovens, e ainda que estejam numa situação diferente, numa classe de idade diferente, segundo Bourdieu (1987), compartilham em terrenos de geração a mesma condição de desinstitucionalização da juventude, que se subjetiva no *tempo e espaço liberados*. Não por acaso é no tempo e nos cenários “extras” (escolar, familiar, trabalhista), e em relação com seus pares, em locais e percursos próprios, onde os jovens se sentem mais definitivamente jovens do que em nenhum outro momento, lugar e companhia. A instauração da moratória, e ao mesmo tempo a sua negação, à que muitos

cientistas sociais aderem, é a chave para definir *ontologicamente* a atual condição juvenil, como uma metáfora da sociedade atual: a contradição entre uma ilusória promessa de liberdade individual e a possibilidade de uma verdadeira conquista coletiva. [...] a desinstitucionalização também oferece a *conquista da liberdade*, como uma oportunidade de desenvolver uma moral mais autônoma e crítica, de enriquecer seu itinerário biográfico com experiências socializantes menos controladas pelos adultos, com a possibilidade iminente de subverter o destino que, pela origem de sua classe, lhes corresponderia na estrutura social, ocupando um potente campo de inovação social e cultural para a sociedade. (ABAD, 2003, p. 27e 28)

Diante deste quadro, cabem alguns questionamentos: quais ações destinadas aos jovens o poder local tem implementado? Que iniciativas de governos municipais da Região Metropolitana da Grande Vitória voltadas para jovens têm surgido nos últimos anos?

## **2. Características gerais da Região Metropolitana da Grande Vitória**

A região Metropolitana da Grande Vitória é constituída pelos municípios de **Cariacica, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha, Vitória e Fundão**<sup>5</sup>.

A Grande Vitória não foi incluída na relação da Lei Complementar nº 14/73 que estabeleceu as oito regiões metropolitanas do Brasil – Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Belo Horizonte. Na época já se constituía num aglomerado urbano, mas contava com apenas 400 mil habitantes. A definição institucional da Grande Vitória como unidade territorial de ação regional resultou de um processo histórico desencadeado a partir de 1976 e só culminou com o formato jurídico-institucional, com Conselho Deliberativo e com o a denominação de Região Metropolitana da Grande Vitória em 1995, com a Lei Complementar nº 58. Este Conselho Deliberativo é composto pelo Governador e pelos prefeitos municipais. (Ver representação na p. 2)

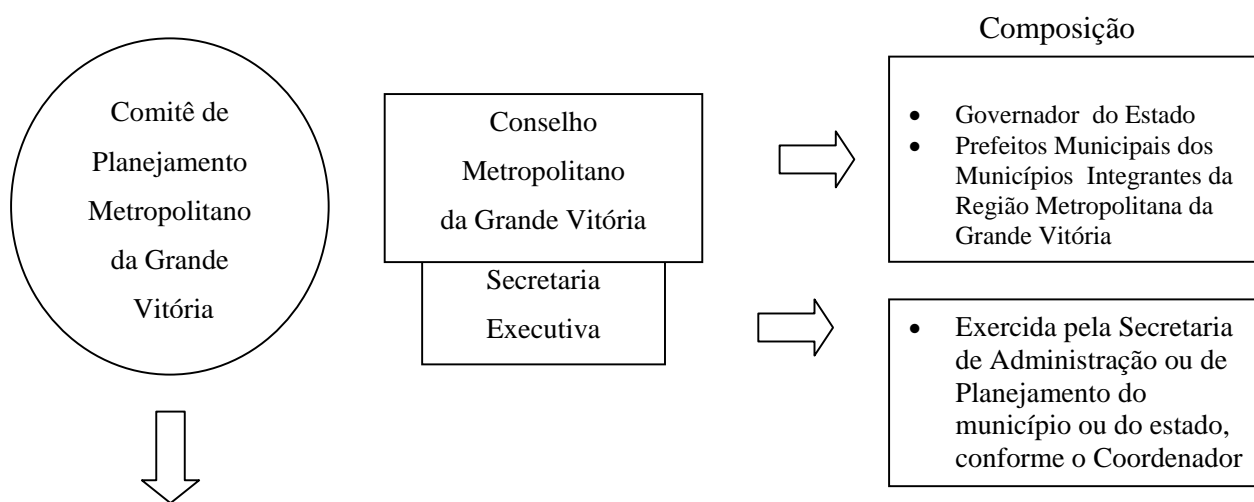
Verifica-se que concentração populacional capixaba está localizada nesta microrregião. Entretanto, uma peculiaridade que marca é a ausência de concentração demográfica na capital Vitória, cujo contingente populacional é inferior ao das cidades do entorno metropolitano: Cariacica, Vila Velha e Serra.

Esta concentração da população capixaba na região metropolitana acaba por exercer a função de centralização regional num espaço de tomada de decisões, informações, transações comerciais, financeiras e de prestação de serviços públicos, além de ser o vetor de difusão cultural e tecnológica.

Por outro lado, essa concentração, econômica e populacional, tem provocado problemas relativos a deficiências no sistema de transportes, déficit habitacional e degradação da qualidade do ar e das águas. Além disso, a maior geração de lixo (lixo doméstico, entulhos de obras, lixo hospitalar, etc.) levou à formação dos famosos "lixões" e à falta de espaço para aterros sanitários.



REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA GESTÃO DA  
REGIÃO METROPOLITANA  
DA GRANDE VITÓRIA – RMGV  
Conforme Lei Complementar nº 58 de 21/02/95



**Composição**

- Secretarias de Estado de Ações Estratégicas e Planejamento
- Secretário de Planejamento ou representantes indicados pelos prefeitos da RMGV
- Representante da Assembléia Legislativa
- Representante das Câmaras de Vereadores dos municípios da RMGV
- Representante do Movimento Popular Do Estado do Espírito Santo

Fonte: IPES – Instituto de Pesquisa do Espírito Santo Jones dos Santos Neves. Histórico Institucional da Região Metropolitana da Grande Vitória, março de 1999.

<sup>5</sup> O município de Fundão, o mais recente integrante na Região Metropolitana da Grande Vitória, não está foi incluído na pesquisa Fapesp.

Tabela 1  
**Estrutura Etária da População**  
**da Região Metropolitana da Grande Vitória - 2000**

<b>Faixa etária</b>	<b>Total</b>
Menor de 1 ano	26.203
1 a 4 anos	104.818
5 e 6 anos	52.893
7 a 9 anos	75.616
10 a 14 anos	141.041
<b>15 a 17 anos</b>	<b>90.010</b>
<b>18 e 19 anos</b>	<b>63.506</b>
<b>20 a 24 anos</b>	<b>144.830</b>
25 a 29 anos	122.000
30 a 49 anos	413.742
50 a 59 anos	100.139
60 a 64 anos	33.986
65 a 69 anos	26.854
70 a 79 anos	31.241
80 anos e mais	11.717
<b>Total</b>	<b>1.438.596</b>

Fonte: IBGE, Microdados do Censo de 2000

Observa-se na tabela 1 que os jovens – de 15 a 24 anos - totalizam 298.346 habitantes, perfazendo 20,73% da população da Região Metropolitana da Grande Vitória.

Duas das maiores bases industriais do Brasil situam-se nesta região: as usinas de pelotização de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce, situada em Vitória, e a de produção de aço da Companhia Siderúrgica de Tubarão, situada na Serra. Tais empresas incluem-se entre as maiores, mais competitivas e rentáveis do país.

Apesar das grandes plantas industriais localizadas nesta microrregião, dentre as quais destaca-se também a Chocolates Garoto, em Vila Velha, o setor de comércio e serviços é o mais significativo da economia regional, com destaque para os serviços na área de comércio exterior e distribuição de produtos em larga escala. Seu dinamismo se apóia, principalmente, na logística de comércio exterior e de apoio à economia urbano-industrial da Grande Vitória.

O crescimento das atividades turísticas ganha relevância com a transformação de Vitória em centro de negócios, principalmente com a expansão das atividades de petróleo e gás natural.

Em termos de gastos dos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória temos:

Tabela 2  
**Distribuição dos gastos dos municípios por função em 2003 na RMGV**

<b>Funções do governo agrupadas</b>	<b>Valor</b>
Educação	25,6
Administração, previdência, judiciária e encargos da dívida	23,5
Saneamento, habitação, transporte e urbanismo	22,9
Saúde	15,7
Legislativa	4,4
Cultura, desporto, lazer, cidadania, assistência social e segurança	4,3
Apoio ao desenvolvimento	3,6
Indústria	0,0
<b>Despesa total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Balanços municipais – IPES

Destaca-se na tabela 2 o pouco investimento (de apenas 4,3) nas áreas interessantes aos jovens como cultura, desporto, lazer, cidadania, assistência social e segurança.

Na tabela 3, o que chama a atenção é a falta de investimento na segurança numa região que tem 4, dos seus 7 municípios, situados os primeiros lugares em violência no ranking nacional. Segundo dados do IPEA<sup>6</sup> – os mais atualizados – Serra ocupa o 1º lugar, Cariacica o 3º, Vila Velha o 6º e Vitória o 10º

Tabela 3  
**Gastos dos municípios por funções selecionadas em 2003**

<b>Funções selecionadas</b>	<b>Valor em R\$</b>	<b>% sobre Despesa Total</b>	<b>Valor per capita</b>
Trabalho	1.258.814	0,1	0,8
Ciência e Tecnologia	651.552	0,1	0,4
Previdência Social	9.024.406	0,9	5,9
Segurança Pública	486	0,0	0,0

Fonte: Balanços Municipais.

<sup>6</sup> Dados publicados no Jornal A Gazeta de 05/04/2005.

Os índices de exclusão dos municípios da RMGV podem ser verificados na tabela 4.

Tabela 4

<b>Município</b>	<b>Ranking dentro do universo dos municípios da pesquisa</b>	<b>Posição no ranking a partir da melhor situação social</b>	<b>Exclusão social</b>
Cariacica	63	2281	0,464
Guarapari	50	1618	0,497
Serra	62	2174	0,470
Viana	65	2485	0,453
Vila Velha	18	251	0,595
Vitória	5	8	0,752

Fonte: Atlas da Exclusão no Brasil, Márcio Pochmann, 2003.

Cabem as observações de que o total de municípios investigados corresponde a 74 e de que os índices de exclusão inferiores a 0,5 indicam precárias condições de vida de seus moradores. A situação é bem desfavorável para a RMGV porque verifica-se que quatro dos seis município apresentam índices abaixo de 0,5 e que três deles ocupam posições dentro dos 15 últimos lugares no ranking dos municípios pesquisados.

A respeito do quadro político dos municípios da RMGV pode-se indicar uma característica que permeia a Região Metropolitana: não necessariamente é o partido que define as linhas condutoras das ações das prefeituras. O poder está representado por individualidades ou por grupos. Pessoas é que são eleitas e não propriamente o partido.

Na gestão de 2001 a 2004 o quadro que se apresentava era o que segue. Três dos seis municípios pesquisados tinham prefeitos do PSDB, entretanto, isso não significava que este partido era forte. Nas eleições para governador em 1998, na definição pelo candidato a concorrer ao cargo majoritário, houve uma disputa interna entre dois grupos: um, considerado “ético”, encabeçado por Paulo Hartung (atual governador), e outro considerado “corrupto e suspeito de ligações com o crime organizado do estado”, encabeçado por José Inácio Ferreira (ex-governador). Na disputa, saiu vencedor o segundo grupo, que terminou por eleger o governador do Estado. Essa disputa interna teve como consequência, o “racha” do Partido. Os “éticos” ingressaram no PPS. Porém, alguns deles permaneceram, como por

exemplo o então prefeito de Vitória, Luiz Paulo Velloso Lucas, reeleito em 2000. Essa ruptura enfraqueceu o PSDB e fortaleceu o PPS, que acabava de receber quadros do PT (em final de mandato do Governo do Estado), e que foram considerados suspeitos de envolvimento em corrupção ou que haviam se distanciado das propostas do Partido dos Trabalhadores. Parte daqueles que haviam ingressado no PPS, migraram, depois, para o PSB, inclusive o atual governador Hartung.

As prefeituras de Cariacica e Viana, com prefeitos do PSDB, sempre foram marcadas pela política de compadrio, pelo nepotismo e considerados da ala não ética do partido. Viana, por exemplo, elegeu Nonô Lube (pai) para prefeito e Solange Lube (filha) para vice. Em 2002, o pai renunciou para concorrer a uma vaga na Assembléia Legislativa e sua filha assumiu a prefeitura. Verifica-se que Vitória, conforme foi exposto acima, apesar de ter o mesmo partido à frente, diferia de Cariacica e de Viana.

Vila Velha (PTB) e Serra (PDT) eram duas prefeituras mais à esquerda, com coligações mais efetivas e consistentes. O PT era um partido aliado com forte presença nessas duas administrações – mais na Serra do que em Vila Velha. Essas coligações aconteceram apoiadas muito mais em identificações do PT com as figuras dos prefeitos do que com os partidos destes.

Com as eleições de 2004, o quadro político modificou-se e ficou assim:

<b>Município</b>	<b>Administração anterior</b>	<b>Administração atual</b>	<b>Situação</b>	<b>Tendências</b>
Cariacica	PSDB	PT	Novo prefeito	Renovação com expectativas de criação de espaços participativos.
Guarapari	PHS	PHS	Reeleição	Continuidade
Serra	PDT	PDT	Novo prefeito	Continuidade
Viana	PSDB	PSDB	Reeleição	Continuidade
Vila Velha	PTB	PTB	Reeleição	Continuidade
Vitória	PSDB	PT	Novo prefeito	Renovação com expectativas de criação de espaços participativos.

A grande mudança ocorreu em Cariacica. Desde a fundação do município, os governos têm sido marcados pelo conservadorismo, pela corrupção e pelo mando de um verdadeiro “coronelismo”. Há denúncias de vinculações de ex-prefeitos com o crime organizado. Um exemplo disso é a gestão de 1997-2000, de Cabo Camata, ex-militar, figura vinculada à violência mesmo na condição de prefeito. Praticava, desde ameaças públicas na mídia de surras em descumpridores da lei, até ser preso em flagrante transportando fardo arsenal de armas pesadas e ilegais. Mantinha claras ligações com o crime organizado e morreu durante o seu mandato, em acidente automobilístico, na véspera de depoimentos que deveria prestar ao Ministério Público<sup>7</sup>.

O prefeito que o sucedeu foi Aloísio Santos do PSDB. Não reeleito, abandonou a prefeitura nos últimos meses, coincidentemente a partir do momento em as pesquisas eleitorais davam mais de 70% dos votos para o candidato opositorista do PT. Este abandono se traduziu na parada das ações da prefeitura, no não pagamento das contas, inclusive salário dos servidores, na ausência do prefeito na prefeitura e na transmissão do cargo ao seu sucessor. O atual prefeito, Helder Salomão, ex-deputado estadual, assume uma prefeitura falida, com ameaça de greve dos servidores. O prefeito decretou estado de emergência na primeira semana de seu mandato. Apesar dos problemas e dificuldades iniciais da gestão configura-se uma tendência de renovação, de criação de espaços de participação e de transparência.

O outro município em situação de mudança é Vitória. Há que se reconhecer que não tão radicais quanto em Cariacica. Nesta última eleição, o Partido dos Trabalhadores volta ao poder municipal com João Carlos Coser, ex- deputado federal, sucedendo três prefeitos do PSDB (uma gestão de Paulo Hartung, atual governador sem partido e duas gestões de Luiz Paulo Veloso Lucas). O PT, depois de fazer oposição assume o poder e a situação se inverte. Temos atualmente como maior força opositora, o PSDB. Há perspectivas de renovação e de criação de espaços participativos.

---

<sup>7</sup> Nada foi provado, mas há indicações que se tratou de uma queima de arquivo uma vez que ele vinha alardeando realizar revelações bombásticas.

### 3. Um quadro das iniciativas voltadas para jovens na Região Metropolitana Da Grande Vitória – ES

Dentre as propostas setoriais para a Região Metropolitana da Grande Vitória, podem ser encontradas aquelas referentes às crianças e aos adolescentes. No entanto nada consta sobre os jovens. Em relação a crianças e adolescentes temos o seguinte quadro de propostas e correspondentes providências:

<b>Propostas de ação</b>	<b>Providências necessárias</b>
1. Fundo para infância e adolescência	- Definição de um percentual de recursos financeiros, a ser destinado pelos Governos Estaduais e Municipais; - Negociação conjunta de recursos financeiros para os FIAS junto ao Governo Federal.
2. Implantação de Apoio Sócio-familiar	- Elaboração de um cadastro único das famílias atendidas; - Negociação conjunta junto ao Governo Federal visando a obtenção de recursos financeiros.
3. Implantação e Implementação do Sistema de atendimento ao Adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional – IESBEM	- Desenvolvimento de programas específicos pelo IESBEM.
4. Municipalização de Ações	- Transferência de programas SOS Criança, Casa de Passagem, Moradia Alternativa, UNAÊD, CAP E CIP para os municípios.
5. Assessoramento de apoio técnico aos municípios – IESBEM	- A ser desenvolvido pelo IESBEM junto aos municípios.
6. Elaboração de pesquisa na Grande Vitória sobre criança e adolescente em proteção especial.	- Estabelecimento de um convênio entre IESBEM e Prefeituras Municipais para desenvolvimento deste item.

Fonte: IPES – Instituto de Pesquisa do Espírito Santo Jones dos Santos Neves. Histórico Institucional da Região Metropolitana da Grande Vitória, março de 1999.

Em relação à juventude ou à população de 15 a 24 anos temos algumas considerações a tecer. Na tabela 5 verifica-se que 50,36% da população jovem da RMGV frequenta a escola e 49,64% não está estudando. Dos frequentadores da escola, 47,55% não trabalham, 32,73% trabalham e 19,72% não trabalham mas procuram emprego. Dos não frequentam a

escola, 24,55% não trabalham, 56,69% trabalham e 18,76% não trabalham mas estão procurando emprego. A situação apresentada mostra que há um certo equilíbrio entre os inseridos e os excluídos do sistema educacional formal e que a maioria, ou seja, 63,86% trabalham ou buscam a inserção no mundo do trabalho.

Tabela 5  
**Trabalho de adolescentes e jovens em 2000**  
**População de 15 a 24 anos por condição de ocupação, segundo frequência escolar**

Condição de ocupação/frequência escolar	Não trabalha	%	Trabalha	%	Não trabalha mas procura emprego	%	Total de pessoas de 15-24 anos	%
Frequente escola	71.452	47,55	49.185	32,73	29.620	19,72	150.257	50,36
Não frequente escola	36.359	24,55	83.962	56,69	27.768	18,76	148.089	49,64
Total	107.812	36,14	133.147	44,63	57.388	19,23	298.346	100

Fonte: IBGE. Microdados do Censo de 2000.

Tabela 6  
**Condição de alfabetização da população de 15 a 24 anos e mais taxa de analfabetismo**

Faixa etária	1991				2000			
	Não sabe ler e escrever	Sabe ler e escrever	Total	Taxa de analfabetismo	Não sabe ler e escrever	Sabe ler e escrever	Total	Taxa de analfabetismo
15 a 17 anos	2.498	64.848	67.346	3,7	1.341	88.994	90.335	1,5
18 a 24 anos	6.340	147.447	153.787	4,1	3.943	204.067	208.011	1,9

Fonte: IBGE. Microdados do Censo 1991/2000.

Verifica-se na tabela 6 que de 1991 a 2000, houve uma melhora, ainda que pequena na taxa de alfabetização na população de 15 a 24 anos, passando de 1,5 para 1,9.

Os dados a serem apresentados, a partir desta altura do texto, têm como origem os Formulários de Programas e Projetos, coletados em 2003 junto aos coordenadores ou responsáveis (não coordenadores) das ações envolvendo jovens, desenvolvidas nos municípios da RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória.

Nas tabelas 7 e 8 é possível visualizar os períodos nos quais as ações iniciam e são concebidas, respectivamente. Na tabela 9 pode-se verificar a fase atual do programa.



Tabela 7

<b>Ano do início das ações</b>	<b>FA</b>	<b>%</b>
Até 1980	2	1,8
1981-1984	0	0,0
1985-1988	0	0,0
1989-1992	3	2,7
1993-1996	8	7,2
1997-2000	24	21,6
2001-2004	65	58,6
Não informou	9	8,1
Total	111	100,0

Tabela 8

<b>Período em que a ação foi concebida</b>	<b>FA</b>	<b>%</b>
Até 1980	2	1,8
1981-1984	0	0,0
1985-1988	1	0,9
1989-1992	4	3,6
1993-1996	8	7,2
1997-2000	30	27,0
2001-2004	61	55,0
Não Informou	5	4,5
Total	111	100,0

Tabela 9

<b>Fase atual das ações na RMGV</b>	<b>FA</b>	<b>%</b>
Concepção	9	8,1
Implementação	85	76,6
Avaliação	0	0,0
Programa encerrado	7	6,3
Não executado	3	2,7
Não respondeu	7	6,3
Total	111	100,0

Da tabela 7 apreende-se que a maioria delas (58,6%) iniciou na gestão municipal em vigor na época da coleta dos dados – de 2001 a 2004. Somente 1,8% das iniciativas têm mais de 20 anos de existência. Poucos projetos, ou seja, por volta de 10% tem entre 10 e 15 anos de existência. Programas com tempo de existência entre 5 e 8 anos perfazem 21,6%. Comparando as tabelas 7 e 8 depreende-se que as ações são concebidas e implementadas

numa mesma gestão porque há uma quase correspondência entre números de projetos, períodos de concepção e períodos de início.

Na tabela 9 verifica-se que os programas/projetos da Região Metropolitana da Grande Vitória se encontram em fases diferentes. A maioria absoluta (76,6%) dos programas se encontra na fase de implementação.

Ainda em relação à concepção das ações verifica-se nas tabelas que seguem: onde são concebidas, se houve assessoria e de quem.

Tabela 10

<b>Concepção da ação</b>	<b>FA</b>	<b>%</b>
Programa/Diretriz do governo federal em parceria com município	21	18,9
Programa/Diretriz do governo do Estado em parceria com município	5	4,5
Programa nasce no nível do município	69	62,2
Programa já existia e foi reestruturado na atual gestão	7	6,3
Proposta/reivindicação da sociedade civil	4	3,6
Proposta/reivindicação de grupos juvenis	1	0,9
Outros	1	0,9
Não informou	3	2,7
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>100,0</b>

A tabela 10 indica que a maioria, 62,2%, das ações nascem na instância municipal. Outra indicação é a de que o parceiro privilegiado dos municípios da RMGV é o governo federal. As iniciativas da sociedade civil e dos grupos juvenis são pouco significativas pois perfazem juntas 4,5%.

Tabela 11

<b>Houve assessoria?</b>	<b>FA</b>	<b>%</b>
Sim	47	42,3
Não	64	57,7
Não informou	0	0,0
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>100,0</b>

Tabela 12

<b>Assessoria</b>	<b>FA</b>	<b>%</b>
Universidade	3	6,4
ONG	1	2,1
Governo Federal	9	19,1
Governo Estadual	10	21,3
Outros	24	51,1
Não Informou	0	0,0
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>100,0</b>

57,7% das ações encontradas na RMGV não receberam assessoria no momento da sua concepção, ao passo que 42,3% delas a receberam. Das 47 iniciativas assessoradas, verificou-se uma diluição dos órgãos que prestaram a assessoria, conforme se verifica na tabela 12.

Quanto aos recursos financeiros destinados aos projetos, constatou-se que 54,7% tiveram origem no próprio município, que 19,4% vieram da instância federal e os demais 26,0% divididos entre o governo estadual, a sociedade organizada e outras fontes, conforme reflete a tabela 13.

Tabela 13

<b>Origem dos Recursos*</b>	<b>FA</b>	<b>%</b>
Recursos federais	27	19,4
Recursos estaduais	13	9,4
Recursos municipais	76	54,7
Sociedade civil organizada	13	9,4
Outras fontes	10	7,2
<b>Total</b>	<b>139</b>	<b>100,0</b>

(\*Múltipla Escolha)

A natureza das parcerias estabelecidas para a execução dos programas pode ser vista nas tabelas que seguem. Na 14, verifica-se a atuação das prefeituras da RMGV. Na 15,16 e 17 a natureza das participações do 1º, do 2º e do 3º parceiros, respectivamente.

Tabela 14

<b>Prefeitura*</b>	<b>FA</b>	<b>%</b>
Recursos Financeiros	77	22,1
Cessão de espaço físico	76	21,8
Recursos Humanos	99	28,4
Assessoria técnica	69	19,8
Outras	27	7,8
<b>Total</b>	<b>348</b>	<b>100,0</b>

(\*Múltipla Escolha)

Tabela 15

<b>1º Parceiro*</b>	<b>FA</b>	<b>%</b>
Recursos Financeiros	44	27,0
Cessão de espaço físico	18	11,0
Recursos Humanos	42	25,8
Assessoria técnica	32	19,6
Outras	27	16,6
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>100,0</b>

(\*Múltipla Escolha)

Tabela 16

<b>2º Parceiro*</b>	<b>FA</b>	<b>%</b>
Recursos Financeiros	9	11,8
Cessão de espaço físico	21	27,6
Recursos Humanos	18	23,7
Assessoria técnica	11	14,5
Outras	17	22,4
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>100,0</b>

(\*Múltipla Escolha)

Tabela 17

<b>3º Parceiro*</b>	<b>FA</b>	<b>%</b>
Recursos Financeiros	9	19,1
Cessão de espaço físico	8	17,0
Recursos Humanos	8	17,0
Assessoria técnica	7	14,9
Outras	15	31,9
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>100,0</b>

(\*Múltipla Escolha)

O perfil dos coordenadores dos programas se delinea como sendo predominantemente masculino e com escolaridade alta. A coordenação das ações revela a tendência da ocupação dos cargos de mando pelos homens: 67,6% dos projetos são coordenados por

homens e 27,0% por mulheres. Em relação à formação, verifica-se que 75,7% dos coordenadores têm formação superior. Assim revelam as tabelas 18 e 19.

Tabela 18

<b>Sexo</b>	<b>FA</b>	<b>%</b>
Feminino	30	27,0
Masculino	75	67,6
Não informou	6	5,4
Total	111	100,0

Tabela 19

<b>Escolaridade</b>	<b>FA</b>	<b>%</b>
Fundamental	1	0,9
Fundamental Incompleto	0	0,0
Médio	5	4,5
Médio Incompleto	0	0,0
Superior	84	75,7
Superior Incompleto	15	13,5
Não informou	6	5,4
Total	111	100,0

Quanto ao público destinatário, constatou-se pela tabela 20 que podemos agrupar os diversos grupos etários em dois grandes: um que parte dos 7 anos até os 29 e outro que se inicia aos 14 anos, ou seja, aqueles que incluem crianças e o outro destinado apenas a jovens<sup>8</sup>. A grande concentração de iniciativas ocorre no primeiro grupamento.

Tabela 20

<b>Faixa etária</b>	<b>FA</b>	<b>%</b>
7 a 13	0	0,0
7 a 17	44	39,6
7 a 24	10	9,0
7 a 29	22	19,8
14 a 17	12	10,8
14 a 24	6	5,4
14 a 29	12	10,8
18 a 24	1	0,9
18 a 29	2	1,8
25 a 29	0	0,0
Não respondeu	2	1,8
Total	111	100,0

<sup>8</sup> Estamos considerando como jovens aqueles com idade entre 14 e 29 anos.

O público destinatário, na sua maioria, não participa do processo de elaboração das atividades. Os números revelam a afirmação: 75,7% não participam, enquanto que 24,3% participam da elaboração. Do universo daqueles que participam, a grau de participação dos jovens na elaboração nas ações se restringe, principalmente, aos âmbitos das sugestões de atividades, da participação de reuniões com a coordenação e da emissão de opiniões individuais, conforme se observa na tabela abaixo.

Tabela 21

<b>Grau de participação*</b>	<b>FA</b>	<b>%</b>
Sugere atividades	25	30,5
Participa de reuniões com a equipe coordenadora	19	23,2
Representação individual de jovens destinatários na equipe coordenadora para definição do programa	8	9,8
Opiniões Individuais	20	24,4
Representação de grupos juvenis destinatários para definição do programa	8	9,8
Pesquisas	0	0,0
Oficinas/Palestras/Conversas	2	2,4
Outros	0	0,0
Total	82	100,0

(\*Múltipla Escolha)

A tabela 22 demonstra que a duração das ações, majoritariamente, ultrapassa os 12 meses, uma vez que 70,3% deles duram há mais de um ano. Os de média duração (de um dia a um mês) constituem 9,0% e os de média duração (de 2 a 11 meses), perfazem 20,7%.

Tabela 22

<b>Duração das iniciativas</b>	<b>FA</b>	<b>%</b>
Curta duração	10	9,0
Média duração	23	20,7
Longa duração	78	70,3
Total	111	100,0

Quanto à frequência do funcionamento dos projetos, verifica-se que a 45,0% dos projetos acontecem diariamente e 28,8% ocorrem semanalmente. Pode-se, pois, perceber que as ações dos municípios que se voltam para adolescentes e jovens têm constância, o que permite a eles a ocupação regular do tempo em que estão fora da escola (Tabela 23).

Tabela 23

<b>Funcionamento das ações</b>	<b>FA</b>	<b>%</b>
Diário	50	45,0
Semanal	32	28,8
Mensal	1	0,9
Por encontros	25	22,5
Outros	2	1,9
Não soube responder	1	0,9
Total	111	100,0

A maioria absoluta dos projetos/programas/ações ( 92,8%) prevêem formas de avaliação e/ou acompanhamento das atividades (Tabela 24).

Tabela 24

<b>Há previsão de avaliação das ações?</b>	<b>FA</b>	<b>%</b>
Sim	103	92,8
Não	8	7,2
Total	111	100,0

Os informantes dos programas/projetos/eventos consideraram positivo o tipo de avaliação ou acompanhamento em andamento. 79,3% foram consideradas entre boas e excelentes. (Tabela 25)

Tabela 25

<b>Como consideram o tipo de avaliação adotado</b>	<b>FA</b>	<b>%</b>
Excelente	18	16,2
Boa	70	63,1
Regular	12	10,8
Fraca/inadequada	3	2,7
Não soube responder	8	7,2
Total	111	100,0

Em relação à existência de documento/publicação ou avaliação das ações nota-se uma leve predominância pela inexistência: 54,05% dos projetos de ausência de documento e 45,95% de presença (Tabela 26).

Tabela 26

<b>Existe algum tipo de documento/publicação da ação?</b>	<b>FA</b>	<b>%</b>
Sim	51	45,9
Não	60	54,1
Total	111	100,0

Os tipos de atividades desenvolvidas nas iniciativas voltadas para jovens na RMGV ficam distribuídas conforme mostra a tabela 27

Tabela 27

<b>Tipos de atividades desenvolvidas</b>	<b>FA</b>	<b>%</b>
Palestras	38	34,2
Cursos	17	15,3
Oficinas	22	19,8
Atividades Psicoterapêuticas	7	6,3
Shows	3	2,7
Exposições	3	2,7
Mostras	2	1,8
Concursos	1	0,9
Campeonatos	6	5,4
Outras	11	9,9
Não Informou	1	0,9
Total	111	100,0

Dentre os tipos de atividades desenvolvidas pelas ações, definidos por ordem de importância na RMGV, temos as palestras liderando o ranking com 34,2%, sendo seguido de oficinas com 19,8% e cursos com 15,3%. Modalidades de atividades como shows, exposições, mostras, concursos campeonatos totalizam juntas 13,5% das ocorrências. Verifica-se, na tabela 27 que as ações não têm priorizado atividades atraentes para os jovens.

A tabela 28 indica as áreas de atividades compreendidas pelas iniciativas da RMGV. A prioridade delas, ou 25,2% das ocorrências, incide no acompanhamento e reinserção social e aqui incluímos a assistência ou acompanhamento terapêutico individual ou em grupo, por ter, também, a intenção da inclusão social. Cabem questões a serem pensadas: os jovens



estão sendo considerados em situação risco social? Existe o medo dos jovens se tornarem infratores ou o medo deles causarem danos à sociedade? Qual a representação que se tem dos jovens? A violência é característica própria da juventude? Afinal, qual a concepção que os gestores das ações voltadas para jovens tem deles e da juventude?

Tabela 28

<b>Áreas de atividades das iniciativas da RMGV</b>	<b>FA</b>	<b>%</b>
Acompanhamento e reinserção (social e/ou individual)	28	25,2
Artes (artes plásticas, música, dança, teatro)	21	18,9
Qualificação profissional	13	11,7
Esporte	13	11,7
Saúde (DST, gravidez na adolescência, etc)	11	9,9
Estímulo à participação juvenil(fóruns, conselhos, OP)	08	7,2
Lazer	04	3,6
Outros	13	11,7
Total	111	100,0

Ainda na tabela 28, em segundo lugar, aparecem as artes (artes plásticas, música, dança, teatro). O esporte e a qualificação profissional empatam no terceiro lugar, em 4º lugar vem a saúde, em 5º lugar aparece o estímulo à participação juvenil, e, em último lugar o lazer. O lazer estaria sendo entendido como ociosidade?

As 111 ações encontradas em 2003 distribuíam-se em diferentes secretarias. A tabela 29 mostra o número de projetos/programas em cada secretaria. Cabe a observação de que algumas secretarias mudam de nome conforme o município – como, por exemplo, Ação Social, Promoção Social e Assistência Social. O nome atribuído à secretaria já indica a concepção que os gestores têm dos destinatários além dos objetivos que pretendem alcançar. Ação, promoção e assistência têm sentidos diferentes. Em outros casos, há a junção de áreas diferenciadas de atuação numa mesma secretaria. Isto pode significar a desvalorização e o inverso, isto é, uma secretaria isolada pode indicar a valorização da modalidade de atuação. Um exemplo são os esportes que apareceram com secretaria própria em um município e em outros, compartilhando com turismo, cultura e lazer.

Tabela 29

<b>Distribuição de Ações por secretaria na RMGV</b>	<b>FA</b>	<b>%</b>
Ação Social/Ação Social e Trabalho e Geração de Renda, Assistência Social/ Promoção Social	41	36,9
Educação	31	27,9
Meio Ambiente	9	8,1
Saúde	8	7,2
Cultura/Cultura e Turismo	7	6,3
Coordenadoria da Juventude <sup>9</sup>	5	4,5
Direitos Humanos <sup>10</sup>	3	2,7
Comunicação Social	2	1,8
Desenvolvimento da Cidade	2	1,8
Esporte	2	1,8
Trabalho, Geração de Renda	1	1,0
Total	111	100,0

No cômputo geral dos municípios, de acordo com a tabela 29, há 41 programas/projetos/eventos localizados na Secretaria de Ação/Assistência/Promoção Social (36,9%) e 31 na Educação (27,9). Ou seja, 64,8% dos projetos estão nas duas secretarias e os demais 35,1% se encontram diluídos nas demais secretarias

A inserção das ações nas secretarias podem indicar o tom dominante do município. Por exemplo, municípios com o maior número de ações para a juventude localizadas na Secretaria de Ação/Assistência/Promoção Social podem indicar – além da idéia e/ou do desejo de inclusão do jovem – a prática do assistencialismo. Em todas elas, os profissionais responsáveis eram sempre assistentes sociais.

Dos 6 municípios investigados, em 4 houve a predominância das ações envolvendo juventude no setor relativo a Ação Social, acima mencionado (ver tabelas 30, 31, 32 e 34). Os outros 2 mantêm a ênfase na Secretaria da Educação (ver tabelas 33 e 35). Se nesta secretaria não se percebe o discurso do assistencialismo, nota-se a idéia forte da inclusão escolar e social.

<sup>9</sup> Vitória é o único município a possuir uma Coordenadoria de Juventude, que, entretanto, não ganha o *status* de secretaria e subordina-se ao prefeito. Apesar do nome, as entrevistas, as conversas informais e as visitas dos pesquisadores, indicaram a inexpressividade do órgão.

Vitória e Cariacica são os dois municípios que apresentam o maior número de iniciativas voltadas para juventude, com 29 cada um. Além disso, são também os dois únicos que possuem gestores de juventude: Cariacica com o Núcleo de Políticas Públicas para a Juventude na Secretaria de Assistência Social (que não funcionava efetivamente, sendo cabide de emprego para uma pessoa amiga pessoal da secretária e militante do mesmo partido, com a função de captar votos) e Vitória com a Coordenadoria de Juventude (cujo gestor era amigo pessoal do prefeito, administrador de empresas, trazido de Brasília, sem experiência nenhuma com trabalhos com jovens, convidado a ocupar o cargo. Viu-se obrigado pelo prefeito a sair do PSDB e a filiar-se ao PFL para “costurar” as supostas alianças na eleição).

O fato dessas duas prefeituras terem muitas ações e gestores de juventude não indica, necessariamente, uma real preocupação com os jovens daqueles municípios. No lugar de jovens, caberia a denominação **eleitores**, uma vez que são vistos pelos gestores, e demais entrevistados. E justamente nestes dois municípios, o partido (PSDB) que tinha como uma das estratégias a captação de votos dos jovens, foi derrotado nas urnas.

As tabelas 30, 31, 32, 33, 34 e 35, mostram a situação dos projetos/programas/eventos no que se refere à localização nas secretarias e às suas destinações, se apenas para jovens ou se para outros mas incluindo também os jovens.

Tabela 30  
**Município de CARIACICA**

Secretaria Municipal de	Projetos somente para jovens <sup>11</sup>	%	Projetos inclusive para jovens <sup>12</sup>		Número total de projetos	%
Assistência Social	7	24,1	7	24,1	14	48,3
Educação	1	3,4	6	20,7	7	24,1
Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	1	3,4	3	10,3	4	13,8
Saúde	0	0,0	2	6,9	2	6,9
Comunicação Social	0	0,0	2	6,9	2	6,9
Total	9	31,9	20	69,1	29	100

<sup>10</sup> Serra é o único município com Secretaria de Direitos Humanos e foi apontado em pesquisa do IPEA como o mais violento do Brasil.

<sup>11</sup> Estamos considerando Projetos somente para jovens aqueles que são destinados àqueles com mais de 14 anos e menos de 29 anos.

<sup>12</sup> Estamos considerando Projetos Inclusive para Jovens aqueles que podem abranger crianças, adultos e inclusive jovens.

Tabela 31  
Município de GUARAPARI

Secretaria Municipal de	Projetos somente para jovens	%	Projetos inclusive para jovens	%	Número total de projetos	%
Assistência Social	3	27,2	1	9,1	4	36,3
Educação	0	0,0	4	36,3	4	36,3
Saúde	0	0,0	1	9,1	1	9,1
Meio Ambiente	0	0,0	2	18,3	2	18,3
Total	3	27,2	8	72,7	11	100

Tabela 32  
Município de SERRA

Secretaria Municipal de	Projetos somente para jovens	%	Projetos inclusive para jovens	%	Número total de projetos	%
Promoção Social	2	10,5	6	31,6	8	42,1
Educação	1	5,2	2	10,5	3	15,8
Direitos Humanos e Cidadania	0	0,0	3	15,8	3	15,8
Meio Ambiente	1	5,2	1	5,2	2	10,5
Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	1	5,2	2	10,5	3	15,8
Total	5	26,3	14	73,7	19	100

Tabela 33  
Município de VIANA

Secretaria Municipal de	Projetos somente para jovens	%	Projetos inclusive para jovens	%	Número total de projetos	%
Ação Social	1	16,7	0	0,0	1	16,7
Educação	2	33,3	3	50,0	5	83,3
Total	3	50,0	3	50,0	6	100

Tabela 34  
Município de VILA VELHA

Secretaria Municipal de	Projetos somente para jovens	%	Projetos inclusive para jovens	%	Número total de projetos	%
Ação Social	4	23,5	4	23,5	8	47,0
Educação	0	0,0	2	11,7	2	11,7
Meio Ambiente e Saneamento	0	0,0	3	17,7	3	17,7
Saúde	0	0,0	3	17,7	3	17,7
Trabalho e Geração de Renda	0	0,0	1	5,9	1	5,9
Total	4	23,5	13	76,5	17	100

Tabela 35  
Município de VITÓRIA

Secretaria Municipal de	Projetos somente para jovens	%	Projetos inclusive para jovens	%	Número total de projetos	%
Ação Social, Trabalho, Geração de Renda	2	6,9	4	13,8	6	20,7
Educação	0	0,0	10	34,5	10	34,5
Coordenadoria de Juventude	5 <sup>13</sup>	17,2	0	0,0	5	17,2
Desenvolvimento da Cidade	2	6,9	0	0,0	2	6,9
Esportes	0	0,0	2	6,9	2	6,9
Meio Ambiente	0	0,0	2	6,9	2	6,9
Saúde	2	6,9	0	0,0	2	6,9
Total	11	37,9	18	62,1	29	100

A partir das tabelas 30, 31,32, 33, 34 e 35 foi construída a tabela 36 para dar visibilidade à situação dos projetos/ações da Região Metropolitana da Grande Vitória quanto à sua destinação: se somente para jovens ou se inclusive para jovens.

Tabela 36

Ações destinadas	FA	%
Somente para jovens	35	31,5
Inclusive para jovens	76	68,5
Total	111	100,0

<sup>13</sup> As 5 ações indicadas nesta tabela se constituem em ações esporádicas, fluidas e sem vínculo regular com a Prefeitura. Ocorrem na forma de debates, palestras, discussões e eventos.

#### 4. Considerações finais

Há um discurso mais ou menos homogêneo em todos os municípios no que concerne à concepção de juventude. Para os informantes – fossem eles os gestores, os coordenadores ou não coordenadores –, juventude significa irresponsabilidade (entendida como moratória), fase de transição, uma faixa etária, um estado de espírito, mas principalmente uma etapa da vida de muito risco e de vinculação com a violência. A fala de um dos gestores ilustra e representa a idéia da maioria a respeito:

Primeiro que o jovem pra mim é um estado de espírito [...]. O cara ser jovem já traz uma certa... é... irresponsabilidade... não, não é essa a palavra. É uma fase da vida do cidadão em que ele está deixando de ser criança, está deixando de ser dependente [...] ele começa ser mais independente, mas não é 100% independente [...]. É uma fase da vida do cidadão em que mais precisa de apoio do poder público, precisa de apoio de todas as entidades, instituições que trabalham com juventude porque é uma fase de transição da vida dele que se ele não for, nesse momento, se ele não estiver bem estruturado, ele normalmente, que é o que acontece com a nossa juventude, ele descamba para o lado das drogas, da violência, às vezes chegando a uma situação até irreversível. Basta dizer que entre a população de baixa renda a expectativa de vida é em torno de 20 anos, 20 e poucos...

Outra idéia corrente é a da ação compensatória. Ou seja, a maioria dos programas/projetos/eventos são concebidos a partir da intenção de se compensar as eventuais falhas das instituições socializadoras, como a família e a escola. O depoimento que segue de uma gestora pode representar os discursos dos demais:

[...] a gente sabe que o jovem, ele é um ser em potencial, e que a formação dele é importante. Mas a escola, só a escola, ela não conseguiria dar essa formação, né.

Os números da tabela 36 que demonstram que 31,5% das ações são destinadas apenas aos jovens e que 68,5% a crianças e jovens inclusive, podem estar indicando que os municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória não priorizam ações especificamente concebidas para jovens.

A participação da juventude, ela sendo efetiva e o jovem, podendo tá atuando de maneira deliberativa, isso traria as ações mais coletivas, eu acho, pra juventude, né. Quer dizer, isso não acontece normalmente. A juventude fica alijada do processo, né. Ela entra na barca. Vai fazer uma ação na área da educação, a gente [se referindo ao

Núcleo de Políticas Públicas para a Juventude] participa... passa a ser uma política de juventude porque tá atingindo aquela faixa etária. Mas não foi feita necessariamente para aquela faixa etária, né... Absorve, mas não é feita para ela. (Gestora)

Para a gestora entrevistada, a participação de jovens em uma atividade, mesmo não tendo sido concebida para este grupo especificamente, torna-a uma política pública para a juventude. Trata-se de um equívoco porque são ações que não se constituem em políticas de juventude.

Um dado interessante que merece destaque se refere ao fato de ter havido coincidência entre a presença de órgãos responsáveis pela juventude e a mudança de tendência político partidária na eleição de 2004. Explicitando: Cariacica e Vitória foram os dois municípios com órgãos representativos da juventude e, ao mesmo tempo, nas últimas eleições municipais, tiveram seus prefeitos da gestão 2000-2004 do PSDB sendo substituídos por prefeitos do PT. A expectativa por significativas mudanças, principalmente no campo social em Cariacica, é grande. Assim, espera-se que nesses dois municípios haja um avanço nas iniciativas destinadas para a juventude, primeiro, porque já havia Núcleo de Juventude em Cariacica e Coordenadoria de Juventude em Vitória e, depois, porque o Partido dos Trabalhadores apresentou, em suas propostas de governo, preocupações com o segmento juvenil. Cariacica, sobretudo, fez um estudo sobre juventude e o apresentou em seu plano de governo, indicando intenções de atuação nesta esfera.

Para encerrar o texto pontuamos algumas percepções significativas que merecem destaque:

- não existe um trabalho integrado entre os municípios da Região Metropolitana de Vitória no que concerne a ações envolvendo jovens.
- a integração também se faz ausente dentro do mesmo município, entre diferentes secretarias, e até mesmo dentre os setores de uma mesma secretaria.
- as ações existentes caminham desarticulada e desordenadamente.
- não há sinais de uma presença jovem na formulação, implementação e avaliação das ações dos municípios.
- portanto, podemos afirmar que não se pode falar em políticas de juventude na Região Metropolitana da Grande Vitória e nem mesmo percebe uma tendência nesse sentido.

Foi percebida uma possibilidade de avanço neste sentido apenas nos dois municípios (Cariacica e Vitória) que tiveram mudanças de tendência político partidária nas últimas eleições. Se ocorrerem renovação e criação de espaços participativos, estas corresponderão a iniciativas de prefeituras e não a uma ação integrada de uma região metropolitana.



## REFERÊNCIAS

- ABAD, M. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, M. V. e PAPA, F. de C. (org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.
- \_\_\_\_\_. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, ciudadanía y nueva condicion juvenil en Colombia. In: LEÓN, O. D. (editor). **Políticas públicas de juventud en America Latina: políticas nacionales**. Viña del Mar: CIDPA, 2003a.
- CAMACHO, L. M. Y. **Violência e indisciplina nas práticas escolares de adolescentes: um estudo das realidades de duas escolas semelhantes e diferentes entre si**. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da USP.
- \_\_\_\_\_. A invisibilidade da juventude na vida escolar. **Perspectiva: Revista do Centro de Ciências da Educação**. Florianópolis: Editora da UFSC: NUP/CED, v. 22, n. 02, jul./dez., 2004.
- ERIKSON, E. **Identidade: juventude e crise**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987
- LEVI, G. e SCHIMITT, J.. **História dos jovens**. Volume I. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MARGULIS, M. e URRESTI, M. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.
- PAIS, J. M. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.
- SPOSITO, M. P. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e a ação coletiva na cidade. **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP**. 5 (1-2), USP, São Paulo, 1994.
- SPOSITO, M. P. e CARRANO, Paulo César R. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: LEÓN, ° D. (editor). **Políticas Públicas de Juventud en América Latina: políticas nacionales**. Viña del Mar: Ediciones CIDPA, 2003.